

TRANSLATION

Em defesa da linguagem pública^{1*}

In defense of public language

Ruth Garrett Millikan²
University of Connecticut

Uma noção de “linguagem pública, comum” que continua sendo misteriosa [...] inútil para qualquer forma de explicação teórica [...] Simplesmente não há como compreender essa história da teoria externalista do significado e da linguagem, até onde vejo, ou qualquer trabalho na teoria do significado e na filosofia da linguagem que se apoie em tais noções, uma afirmação que pretende causar um estrago bastante grande (Chomsky, 1993, p. 48-49).

É um fato notável que apesar do constante recurso a alguma noção de “linguagem comunitária” ou “linguagem abstrata”, não há virtualmente tentativa alguma de explicar o que ela poderia ser (Chomsky, 1993, p. 39).

[...] ou devemos privar a noção de comunicação de toda significância, ou então devemos rejeitar a concepção de que o propósito da linguagem é a comunicação. [...] é difícil dizer qual é “o propósito” da linguagem, exceto, talvez, a expressão do pensamento, que é uma formulação um tanto vazia. As funções da linguagem são várias (Chomsky, 1980, p. 230).

Estou para ver uma formulação que torne compreensível a posição de que “a essência da linguagem é a comunicação” (Chomsky, 1980, p. 80; cf. também 1992b, p. 215).

Em intervalos frequentes ao longo dos anos, o professor Chomsky vituperou tanto contra noções do senso comum quanto contra noções técnicas de linguagem pública ou “linguagem externalizada”, afirmando que elas são confusas, mal definidas ou desprovidas de qualquer interesse científico. Como cientista, ele somente estaria interessado na linguagem pública se ela fosse um “objeto real do mundo real” (Chomsky, 1993, p. 39), e não uma noção “artificial” e “arbitrária” (Chomsky, 1985, p. 26).

¹ Texto publicado originalmente em inglês: MILLIKAN, R.G. 2003. In Defense of Public Language. In: L.M. ANTONY; N. HORNSTEIN (eds.), *Chomsky and His Critics*. Oxford, Blackwell Publishing Ltd, p. 215-237. doi: 10.1002/9780470690024.ch9 Copyright © 2003 Blackwell Publishing Ltd. Reproduced with permission of Blackwell Publishing Ltd.

^{*} Tradução de Luca Nogueira Igansi e Luís Marcos Sander. Revisão técnica de Sofia Inês Albornoz Stein (Unisinos/CNPq).

² Professora de Filosofia. University of Connecticut, Department of Philosophy, U-1054 Storrs, CT 06269-1054. Office: 202 Manchester Hall. E-mail: ruth.millikan@uconn.edu

Proponho articular tal noção de linguagem pública para ele. Chomsky também condena a noção que de o propósito da linguagem é a comunicação. Sustentarei, ao contrário, que uma função primária da faculdade humana da linguagem é apoiar convenções linguísticas, e que estas têm uma função essencialmente comunicativa.

Apesar desta ousada mostra de discordâncias expressas com Chomsky, no entanto, concordo inteiramente com suas objeções a concepções comuns da linguagem pública:

As pessoas que moram perto da fronteira holandesa podem se comunicar muito bem com as pessoas que moram no lado alemão, mas elas falam linguagens diferentes de acordo com o sentido do termo que Dummett sustenta ser “fundamental” [...] (1992a, p. 101).

A linguagem pública é uma massa confusa de convenções cruzadas, sobrepostas, algumas conhecidas por algumas pessoas, outras por outras. Ela não se divide em porções separadas, alemão versus holandês versus francês.

O que dizemos é que a criança ou o estrangeiro possui um “conhecimento parcial de inglês”, ou que está “a caminho” de adquirir o conhecimento de inglês, e que, se atingirem tal objetivo, eles então saberão inglês. Independentemente de se poder dar uma explicação coerente deste aspecto da terminologia do senso comum, não parece ser uma explicação que tenha qualquer importância para uma subsequente ciência da linguagem (Chomsky, 1985, p. 16).

Se Peter está melhorando seu italiano ou Gianni aprendendo o seu [...] não obtemos nenhuma percepção do que eles estão fazendo supondo que haja uma entidade fixa da qual estejam se aproximando, mesmo que se possa obter alguma compreensão desta noção misteriosa (Chomsky, 1992b, p. 16-17).

As linguagens [ou línguas] não são governadas por conjuntos separados de normas públicas ou regras de origem misteriosa. Não há “entidades fixas” das quais uma criança se aproxime lentamente quando está aprendendo uma língua. Em ambos os pontos anteriores, concordo inteiramente com Chomsky e discordo inteiramente, por exemplo, de Dummett.

Esta “linguagem externalizada” que Jones e Smith compartilham deve ser um objeto abstrato de algum tipo, uma propriedade da comunidade, talvez [...] Suponhamos que Smith e Jones possuam mais ou menos a mesma forma; não concluímos que há uma forma que eles compartilham parcialmente, e as interações entre Smith e Jones não nos dão mais razões para supormos que haja uma linguagem que eles compartilham (Chomsky, 1993, p. 39-40).

Além disso, a linguagem pública não é apenas alguma propriedade compartilhada por Smith e Jones. Ela não é descoberta, por exemplo, realizando uma média dos dialetos de pessoas na “comunidade”. Concordo com todos estes pontos contra a existência do que alguns concebem como “linguagem pública”. Também concordo com os argumentos de Chomsky a favor da importância do estudo da “eu-linguagem³ e da faculdade da linguagem. E é claro que concordo com que a linguagem é usada para muitos propósitos diferentes. Do que estou reclamando então?

³ N. do T.: “I-language”, no original.

Sustentarei que ainda há uma forma legítima de ver a linguagem como um objeto público, e também uma forma legítima de observar funções da linguagem, que Chomsky não levou em conta. Aprender a linguagem não é meramente adquirir uma “eu-linguagem”. Não é apenas alcançar um estado relativamente estável da faculdade da linguagem. Aprender a linguagem é essencialmente vir a conhecer várias convenções *públicas* e, com exceções triviais, essas convenções estão aí para serem aprendidas apenas porque têm funções.

O que levou Chomsky a negar essas verdades bastante ordinárias e, por conseguinte, a adotar uma posição desnecessariamente radical acerca da linguagem pública, pode ter sido, em parte, má companhia filosófica. Em particular, há, acredito, duas tradições dominantes mas erradas na filosofia, que provavelmente contribuíram para isso. Uma delas diz respeito à natureza das convenções linguísticas. A outra diz respeito à natureza das funções linguísticas.

Uma “convenção” no sentido de Lewis é uma regularidade “na ação ou na ação e na crença” apoiada pela crença de que outros se conformam à regularidade. Observe que este é um sentido bastante restrito do termo “convenção”. Há, sem dúvida, aspectos convencionais na linguagem: por exemplo, o fato de que se diz “alô” quando se atende ligações no telefone ou se chama uma cadeira de “uma cadeira”. Mas [...] as regularidades na ação e na crença são bastante restritas, ao menos se insistirmos que as “regularidades” têm probabilidades detectáveis; há pouca razão para supor que aspectos da linguagem comumente chamados de “convencionais” impliquem regularidades detectáveis (Lewis, 1969; Chomsky, 1980, p. 81).

Chomsky está completamente certo quanto a isto. As convenções da linguagem não são regularidades, nem *de facto* nem *de jure*. Elas não são expressas em comportamentos uniformes reais, nem em crenças de pessoas sobre comportamentos uniformes, nem em regras ou normas que prescrevem comportamentos uniformes. Mas é exatamente porque as convenções foram entendidas, erroneamente, como regularidades (Searle, 1969; Lewis, 1969, 1975; Schiffer, 1972; Bach e Harnish, 1979; Gilbert, 1983, 1992 [1989]; Recanati, 1987⁴) – e porque a linguagem é tão obviamente convencional – que se pensou que as linguagens devem pertencer a grupos sociais circunscritos. Não se pode ter uma regularidade a não ser que haja uma classe de referência para a regularidade estar inserida. Assim, não pode haver uma convenção a não ser que seja uma convenção para alguém – para os judeus, mas talvez não para os cristãos, para os alemães, mas talvez não para os franceses, para você, mas talvez não para mim. Daí vem a noção de uma “linguagem pública, comum” que continua sendo [tão] misteriosa”, de uma “linguagem da comunidade” ou “linguagem abstrata”, uma linguagem “compartilhada”, “uma propriedade da comunidade”. Chomsky percebe o erro nesta forma de pensar. Mas a tradição filosófica não ofereceu nenhuma alternativa para esta forma de entender as convenções, logo nenhuma razão alternativa para pensar que o estudo das convenções públicas poderia ser importante no estudo da linguagem. Tentarei remediar esta situação delineando uma teoria das convenções da linguagem que não as entende como regularidades, e depois mostrando por que este tipo de convencionalidade pública faz parte da própria essência da linguagem humana. Não sei nada sobre as faculdades linguísticas de anjos ou marcianos. Talvez eles venham com toda a linguagem necessária configurada de forma a não precisarem ter convenções lin-

⁴ Recanati (1987) é de opinião que os dispositivos linguísticos convencionais “indicam” ou, utilizando o termo dos linguistas, “marcam” o uso da linguagem, ou seja, as convenções mandam que tais dispositivos só devem ser usados para esses propósitos. Isto não é afirmado explicitamente, mas veja, por exemplo, § 22.

guísticas. Mas sustentarei que, em seres humanos, uma tarefa vital da faculdade da linguagem é tornar convenções linguísticas possíveis, e as funções das convenções linguísticas são funções comunicativas.

A segunda tradição filosófica para a qual proporei uma alternativa concerne à natureza das funções linguísticas.

O que significa dizer que a linguagem tem [a comunicação como] um “propósito essencial”? Suponha que no silêncio de meu escritório eu pense sobre um problema, usando a linguagem, e até escreva o que penso. Suponha que alguém fale de forma honesta, meramente a partir de um senso de integridade, plenamente consciente de que seus ouvintes se recusarão a compreender ou até mesmo a considerar o que ele está a dizer. Considere conversas informais travadas com o único propósito de manter relações casuais amigáveis, sem preocupação particular com seu conteúdo. Esses são exemplos de “comunicação”? Se são, o que queremos dizer com “comunicação” na ausência de ouvintes, ou com ouvintes que supomos serem completamente insensíveis, ou sem qualquer intenção de transmitir informações ou modificar a crença ou atitude? (1980, p. 30).

Chomsky segue a tradição filosófica dominante ao supor que as funções linguísticas teriam que se reduzir às intenções do falante ou se derivar delas. Para ser justa: a única alternativa que a filosofia tradicional ofereceu é derivá-las de alguma forma de convenções linguísticas, sendo as convenções linguísticas entendidas, como acima, como convenções que implicam algum tipo obscuro de regularidade dentro de algum grupo nebuloso. Chomsky tem razão em rejeitar esta última alternativa, mas não há necessidade de aceitar a primeira. Oferecerei uma terceira alternativa que espero que ele ache mais aprazível. Mas, dada esta terceira alternativa, tornar-se-á claro que as funções da esmagadora maioria das formas linguísticas convencionais são possibilitar várias formas de comunicação.

O argumento será, então, que uma função central da faculdade linguística nos seres humanos é tornar convenções linguísticas possíveis, e que as funções das convenções são tornar possível a comunicação. Neste caso, interpreto “tem como sua função” como uma relação transitiva. Ao mesmo tempo, sustentarei que a rede de convenções que forma a massa que é a linguagem pública não é um objeto abstrato, mas um conjunto concreto de interações falante-ouvinte que formam linhagens *grosso modo* no sentido biológico. Essas linhagens e suas interações entre si são dignas de um estudo científico. E suas propriedades tampouco são derivativas meramente de propriedades da eu-linguagem.

Tanto a tese sobre as convenções quanto a tese sobre as funções a serem aplicadas aqui foram expostas na íntegra e defendidas em outros textos⁵. Aqui apenas posso esboçar resultados e tentar refutar as objeções mais óbvias. Primeiro, então, algumas palavras acerca de convenções.

Como observa Chomsky, é convencional dizer “alô” quando se atende o telefone. Além do mais, quase todos, digamos, no Brasil⁶, fazem isso. Mas é convencional da mesma forma que se chame uma torneira de “torneira” e também chamá-la de “válvula”, e também de “bica”⁷, e claramente não pode haver grupo algum em que todos usem os três termos regularmente. E é claro que isto não é

⁵ A tese sobre as convenções está em Millikan (1998a); a tese sobre as funções linguísticas está em Millikan (1984, 1996, 1998b, 1998c).

⁶ N. do T.: O exemplo original era “Hello” num contexto norte-americano de língua inglesa.

⁷ N. do T.: No original, “spigot”, “faucet”, e “tap”, referindo-se à válvula que controla fluxo em canos e afins (sendo apenas “tap” o equivalente a “torneira” e “bica”).

o que David Lewis tinha em mente quando afirmou que só existem convenções linguísticas onde há comportamentos regulares. Ele não quis dizer que as torneiras são sempre chamadas de “torneiras”. O que ele quis dizer é que se alguém chama algo de “uma torneira”, então é regular que aquela coisa seja uma torneira, o que parece bem mais plausível. Dificuldades com as teorias da regularidade não aparecem aqui, mas, primeiro, com o problema de como delimitar os grupos relevantes dentro dos quais as regularidades supostamente ocorrem. Dentro de qual grupo designável a convenção de distribuir charutos por ocasião do nascimento de um menino é seguida regularmente além do grupo que de fato distribui charutos por ocasião do nascimento de um menino? Dentro de qual grupo a convenção que dizendo “Tomara que dê certo!” deseja-se boa sorte para outras pessoas é seguida regularmente além do grupo que de fato diz “Tomara que dê certo” para desejar boa sorte a outras pessoas? Em segundo lugar, problemas com a teoria da regularidade surgem onde as pessoas usam a linguagem de formas que não estejam de acordo com a convenção, por exemplo, quando usam metáforas, sarcasmo e outras figuras de linguagem, e quando elas mentem, ou fazem promessas falsas, ou exigem coisas que sabem que não terão, ou, como sugeriu Chomsky (embora em outro contexto), quando elas afirmam sinceramente algo que sabem que não será acreditado, ou quando falam apenas consigo mesmas. Há volumosa literatura sobre tais casos na teoria dos atos de fala, que tenta em vão resolver um problema insolúvel. Ela tenta descrever regularidades implicadas em todos esses casos – regularidades bem sutis, com certeza, que geralmente se supõe que ocorram no nível de crenças multiplamente embutidas que os falantes supostamente tencionam invariavelmente transmitir. Uma vez que Chomsky aparentemente concorda que este tipo de problema é insolúvel, não tratarei desta questão aqui⁸. Simplesmente iniciarei descrevendo um tipo de convenção que não tem conexão com regularidades, que não é uma convenção “para” algum grupo particular. E tentarei mostrar que esta é uma forma na qual a linguagem humana natural é convencional⁹.

O que é convencional neste sentido é uma atividade ou padrão de atividades. A exibição do padrão pode requerer apenas um participante ou pode envolver mais participantes. Passos de dança de salão convencionais, por exemplo, são padrões que envolvem dois participantes, ao passo que o padrão que está tocando “ring a ring o’ roses”¹⁰ geralmente exige mais participantes. Para se tornar convencional, uma atividade ou padrão de atividade deve, primeiro, ser reproduzido, conseqüentemente proliferado. (Por favor, não empalideça. “Reproduzir” será usado aqui no sentido de que formas linguísticas podem ser reproduzidas por uma faculdade linguística que impõe uma gramática universal.) Além disso, deve ser proliferado devido em parte ao peso da tradição, e não devido a, por exemplo, sua capacidade intrinsecamente superior de realizar alguma função, ou devido ao desconhecimento de uma forma superior de realizá-la. Exporei cada uma destas características das convenções na sequência.

Primeiro deixe-me explicar a “reprodução”. Usarei este termo de forma limitada. Uma reprodução deve ser tal que, caso o original tivesse sido diferente em sentidos especificáveis, a reprodução seria diferente em consonância com eles. Características herdadas e comportamentos não são “reproduzidas” neste sentido. Tenho olhos azuis não diretamente porque minha mãe e/ou pai também tinham, mas por causa de meus genes, que foram copiados dos genes deles, que não foram, no entanto, copiados de seus olhos. Fossem os olhos da minha mãe ou meu pai amarelados por icterícia, isto não teria feito com que meus olhos ficassem amarelos.

⁸ Veja, no entanto, Millikan (1998b).

⁹ Para mais detalhes, veja Millikan (1998a).

¹⁰ N. do T.: Canção folclórica geralmente cantada com grupos de crianças.

Uma reprodução é sempre uma reprodução apenas em certos aspectos. A reprodução que é produto de uma copiadora monocromática é uma reprodução apenas com respeito aos padrões de claro e escuro. A cor de fundo e a textura do papel não são reproduzidos, já que elas dependem da cor e textura do papel colocado na bandeja de alimentação, e não da cor e textura do original. A cor do padrão não é reproduzida porque depende da cor da tinta que está na máquina, não da cor do original. Qualquer objeto pode ser reproduzido em uma variedade indefinida de formas, já que qualquer objeto possui um número indefinido de propriedades. Nada é uma reprodução de qualquer outra coisa em todos os sentidos. Uma vez que as propriedades que são reproduzidas podem ser tanto propriedades relacionais quanto intrínsecas, e uma vez que tudo tem um número infinito de propriedades relacionais, não é possível esgotar a variedade de reproduções que poderiam, logicamente, ser feitas de um objeto. Reproduções que copiam relações podem ser diferentes de seus originais em aspectos bastante marcantes. Por exemplo, um pintor que reproduza “o estilo” de um pintor mais antigo pode pintar temas bastante diferentes e usar meios bastante diferentes, enquanto outro pintor pode reproduzir o “estilo” deste mesmo pintor pintando apenas temas similares. Os produtos de ambos os pintores serão “reproduções”, como uso este termo. Além disso, uma vez que um objeto pode ter muitas partes e muitos aspectos ou propriedades, ele pode ser uma reprodução de várias coisas diferentes todas de uma vez só, tomando emprestado algumas características daqui, outras dali, e assim por diante.

Para que algo seja “reproduzido” de outra coisa, tudo que é necessário é que haja um mecanismo que produza o segundo com base no modelo do primeiro, de tal modo que caso o primeiro tivesse sido diferente em aspectos especificáveis, isto teria feito com que o segundo se diferenciasse em consonância com eles. Sob esta descrição, a reprodução pode, é claro, ocorrer inconscientemente. Por exemplo, pode haver formas convencionais de falar ou mover o corpo, diferenciados para homens e mulheres, ou distâncias específicas entre pessoas que é convencional assumirem quando estão falando entre si, que são passadas adiante por serem reproduzidas inconscientemente. A reprodução, também, não necessita ser direta. Se mamãe diz a Johnny para apertar a mão quando for apresentado a alguém, em vez de, digamos, dizer para ele beijar ambas as bochechas ou esfregar narizes, contanto que ela diga isto a ele apenas porque outras pessoas se comportam ou têm se comportado desta forma, então o comportamento de Johnny, quando ele faz o que lhe foi dito, é indiretamente reproduzido. Se houvesse outras pessoas se cumprimentando de outra forma, a forma de Johnny cumprimentar teria diferido respectivamente em decorrência disso. E também, se Jim faz uma porca para encaixar na rosca de Jon, e então Jan faz uma nova rosca para encaixar na porca de Jim, com base nessa definição, o padrão na porca de Jan foi reproduzido da porca de Jon. Chamarei a este último tipo de reprodução “reprodução de porca e rosca”. Reproduções de porca e rosca provavelmente se encontram na propagação de certos tipos de padrões convencionais de linguagem.

Agora algumas palavras preliminares sobre a relação da função com a convenção. Muitas convenções não têm função aparente. É convencional para uma noiva usar uma liga azul e jogar o buquê às damas de honra. É convencional vestir as garotas de rosa e os garotos de azul, e colocar uma guirlanda na porta para o Natal. Mas alguns padrões convencionais obviamente cumprem funções. Por exemplo, a convenção de dirigir à direita nos EUA cumpre uma função. Onde um padrão reproduzido cumpre uma função, ele não é um padrão convencional a não ser que seja um padrão que não teria razão particular para surgir novamente, em vez de algum outro padrão alternativo, se fosse esquecido. Isto é assim porque sua natureza intrínseca não o torna mais capaz de cumprir essa função do que outros

padrões conhecidos ou igualmente cognoscíveis. Os padrões convencionais são exemplificados, e não outros padrões, apenas por acidente histórico, mas, tendo ocorrido, eles causam sua própria recorrência.

Uma convenção desse tipo não está presa por definição a qualquer grupo particular nem há alguém em particular que deva conhecê-la e segui-la. Obviamente deve haver algumas pessoas que a seguem ou seguiram, ou então o padrão não é reproduzido e, portanto, não é convencional, mas não é necessário que algumas pessoas em particular devessem fazer isso, nem que um grande número de pessoas devesse fazê-lo. Quando convenções são associadas com grupos específicos, isto é assim porque por acaso são as pessoas nesses grupos que conhecem as convenções e por acaso, por qualquer motivo, as seguem. Qual “grupo” designado independentemente sabe que é convencional beber cerveja verde no dia de São Patrício? Quantos que sabem agem assim? O que mais essas pessoas têm em comum que faria com que elas formassem um grupo social ou uma “comunidade”?

Uma convenção não prescreve que todos em algum grupo pré-designado devam segui-la. Conhecer uma convenção não é saber o que fazer categoricamente, mas apenas saber o que fazer se se quiser seguir a convenção. Por exemplo, as convenções, as regras, do xadrez não dizem o que você deve fazer, mas apenas o que fazer se você deseja jogar xadrez. Você pode entender essas convenções erroneamente, é claro. Você pode não conseguir reproduzir os padrões convencionais do xadrez apropriadamente mesmo intencionando fazer isso. Mas o padrão que foi então violado tinha sido estabelecido por sua própria intenção. Nenhuma regra prescritiva pública terá sido violada.

A aparência de que as convenções envolvem regras prescritivas pode resultar parcialmente do fato de que muitas convenções são condicionais. A convenção é fazer algo em um determinado tipo de contexto, ou em um determinado momento, ou se você é determinado tipo de pessoa, ou em uma determinada situação. A convenção é colocar decorações vermelhas e verdes na época de Natal, ou dizer “alô” quando se atende o telefone, ou usar um anel em um certo dedo da mão esquerda se você estiver noivo(a) ou casado(a). Mas o fato de que o padrão convencional inclui um contexto convencional não significa que ele se ordene a si mesmo. Uma convenção não é, como tal, uma regra que precise ser seguida. Uma convenção não é algo que possua tempos, locais ou situações mágicas onde ela misteriosamente “está em vigor”. Se há algum tipo de ordem ou compulsão para seguir uma convenção (jurídica, moral, uma norma de etiqueta) ou para segui-la sob certas condições, isto é uma coisa completamente diferente, e não é o que a torna uma convenção, ao menos não no sentido de “convenção” que se aplica a formas e padrões da linguagem natural.

Uma convenção tampouco – e isto irá mais tarde mostrar-se crucial para o caso das convenções linguísticas – ordena que seu padrão deva ser terminado depois de iniciado. Em termos mais gerais, ela não ordena que o total do padrão deva ser reproduzido e não suas partes separadamente. Pode-se sair de um jogo de xadrez na metade, ou configurar apenas o final ou metade de um jogo. Embora haja uma convenção de que se deve tomar a sopa primeiro, e depois comer a salada, e então o prato principal, e depois a sobremesa, pode-se seguir a convenção parcialmente, e não comer a sobremesa. Pois tudo o que esse tipo de convenção é, basicamente, é um padrão de atividade que se reproduz.

Logo tratarei de convenções que servem para coordenar ações e pensamentos entre pessoas, pois são muito importantes para um entendimento da linguagem. E sustentarei, contra Lewis em *Conventions*, que, como as convenções mais simples, as convenções coordenadoras também, em geral, não implicam regularidades. Primeiramente, no entanto, deveríamos examinar alguns aspectos

mais simples da linguagem pública à luz de sua convencionalidade. Podemos começar com as palavras.

As palavras, pensaram muitos filósofos, são tipificadas ou individualizadas de acordo com a forma física. Minha suposição é que não haja propósitos teóricos legítimos para os quais esta forma de tipificar seja relevante, mas não discutirei isto aqui. Em vez disso, examinarei algumas formas de tipificar exemplares em “palavras” das quais nós comumente dependemos em contextos normais, e que revelam nossas sensibilidades comuns aos aspectos convencionais da linguagem que descrevi. De acordo com uma forma de tipificar, há partes do Tennessee, por exemplo, onde a palavra “pen” soa exatamente como a forma que minha palavra “pin” soa. É exatamente a mesma palavra, mas soa diferente no Tennessee do que em Connecticut. “Eles dizem muitas de suas palavras de forma diferente no Tennessee”. Certamente, a mesma palavra dita de novo não precisa ser composta dos mesmos sons acústicos novamente. Os linguistas podem dizer que ela deve ser composta dos mesmos segmentos fonológicos novamente, sendo que o mesmo segmento fonológico às vezes toma uma variedade de formas, e sendo que há, por exemplo, diferentes alofonias dele. Em uma forma similar de tipificação¹¹, a mesma palavra deve ser feita das mesmas letras novamente, mas a mesma letra tem formas muito diferentes quando pessoas diferentes a escrevem, enquanto letras diferentes às vezes têm a mesma forma, por exemplo o “P” grego (rho) e o “P” romano. Tipificados dessas maneiras, tipos de palavras e seus elementos, segmentos fonológicos e letras, são como espécies¹². Na biologia, o que faz de um cachorro um cachorro é, em primeiro lugar, o fato de que nasceu de um cachorro, não de que possui uma forma particular. Similarmente, o que torna uma forma ou som um exemplar de uma palavra particular com base nesta forma de pensamento é sua linhagem, aquilo de que foi reproduzida, com base em que exemplares de palavras anteriores foi modelada, ou alternativamente (e isto pode ser diferente), com base em que combinações de segmentos fonológicos ou letras, sendo estes tipificados por suas histórias, suas linhagens. A criança ciciante que pronuncia a palavra “red” como “wed” não pronuncia a palavra “wed”, mas pronuncia erroneamente a palavra “red”. Se eu repito um escocês, digo as mesmas palavras, mas muitas delas soarão de modo bem diferente. A mesma palavra é escrita “color” nos EUA e “colour” na Inglaterra. Inversamente, a palavra “água” na Terra Gêmea¹³ é uma palavra tão diferente da nossa quanto a substância à qual é aplicada é um líquido diferente da nossa água. É diferente a forma em que o P grego é diferente do P romano (rho). E, é claro, comentários sobre o banco de praça e o banco comercial¹⁴ contêm palavras “banco” diferentes, copiadas de linhagens completamente diferentes. Estas formas de agrupar exemplares de palavras em tipos dependem da natureza convencional das palavras, de sua natureza reprodutiva, de forma bastante semelhante a que a tipificação de animais individualmente depende da natureza reprodutiva dos animais¹⁵. E se depara com problemas similares. O quanto pode uma espécie mudar

¹¹ N. do T.: No original, “typing”, que, no inglês, pode significar ou “tipificação” ou meramente “digitação”.

¹² Estou ciente de que esta não é a forma em que os linguistas contemporâneos *definem* segmentos fonológicos, mas sugiro isto como uma teoria sobre um aspecto de sua real natureza. De modo semelhante, os biólogos após Darwin pensavam que todos os membros da mesma espécie tinham uma natureza ou forma interior em comum. Os biólogos modernos não pensam desta forma.

¹³ N. do T.: Referência ao experimento mental proposto por Hilary Putnam, onde, em um planeta similar ao nosso, o que é chamado de água é composto do que o autor chama de “XYZ”, e não “H2O”, como seria em nosso planeta.

¹⁴ N. do T.: No original, “river bank” e “bank & trust”, fazendo referência respectivamente a margens de rios e instituições financeiras.

¹⁵ O argumento sobre a tipificação de palavras é colocado em um contexto mais amplo em Millikan (1984, cap. 4). Grande parte do mesmo argumento também é sustentado em Kaplan (1990).

com o tempo sem se tornar uma espécie diferente? Será que a palavra “moan” em “he moaned and groaned” é a mesma palavra que “mean” em “he didn’t mean to”, mas uma palavra diferente de “mean” em “no mean city”¹⁶, como o etimologista poderá dizer?

Similarmente, a diferença entre dois exemplares de uma palavra que são usados em dois sentidos diferentes, e que são usados uma vez de uma forma literal e outra de uma forma ampliada, é uma questão de linhagem. Exemplares de palavras usados de forma ampliada são reproduzidos a partir de palavras utilizadas literalmente. Exemplares da mesma palavra que adquiriram sentidos diferentes são palavras com uma linhagem comum distante, mas cujas linhagens agora se separaram – o que, é claro, pode ser uma questão de grau. Por exemplo, a questão de se a palavra “vermelho” em “cabelo vermelho” tem um sentido diferente que o “vermelho” em “vestido vermelho” depende da ancestralidade de seus exemplares. Estão seus exemplares atualmente sendo reproduzidos apenas a partir de outros exemplares de “cabelo vermelho”? Ou as pessoas ampliam, de maneira individual e independente, cada uma, a palavra “vermelho” tal qual utilizada em contextos como “vestido vermelho” para incluir também cabelo vermelho? Considerada a esta luz, a convencionalidade, e, por conseguinte, a natureza pública, das palavras é certamente um fenômeno real e interessante, embora frequentemente escondida, em seus detalhes, da observação direta¹⁷.

Além de palavras, as formas gramaticais são padrões convencionais no sentido em que estamos explicando. Lembrando que uma reprodução sempre copia apenas certos aspectos de seu modelo, claramente as crianças reproduzem a sintaxe com base no modelo do que elas ouvem. Tampouco quero dizer, é claro, que a gramática seja uma questão de padrões presentes no som. É tarefa do linguista descobrir exatamente que tipos de padrões servem de materiais para as convenções da gramática, descobrir que formas de quais aspectos da fala são as reproduzidas em gramáticas convencionais. A hipótese de uma faculdade de gramática universal que impõe restrições às gramáticas humanas diz respeito a essa questão. Independentemente dos detalhes, uma gramática universal, vista de uma certa maneira, funciona como um filtro mais ou menos complicado que determina quais aspectos do que foi escutado serão reproduzidos, quais aspectos irão variar dependendo dos modelos escutados e quais não irão. Se existem certos aspectos da gramática que nunca são reproduzidos, mas sempre ressurgidos pelo módulo de linguagem *de novo*, eles funcionam como a cor do cartucho de tinta na copiadora monocromática. Esses não são aspectos convencionais de gramáticas. Uma enorme questão para os linguistas, é claro, trata de quais aspectos de gramáticas são e quais não são convencionais, exatamente nesse sentido de “convencional”.

É importante perceber a similaridade existente aqui entre convenções gramaticais e outras convenções. A perpetuação de qualquer convenção requer, categoricamente, que os participantes atentem para os mesmos aspectos das corporificações da convenção e não para outros, de modo que eles se generalizem para novos casos da mesma forma. Logo, a convenção é pendurar uma guirlanda na porta no Natal, e não um objeto de cheiro agradável, e não fazê-lo quando há visitas de parentes, ou em épocas de trocar presentes, ou em terças-feiras frias¹⁸. No caso de cada convenção, deve haver algum mecanismo, seja acidental ou projetado pela natureza

¹⁶ N. do T.: Aqui há uma série de exemplos que preferi deixar como no original para o sentido não se perder. Traduzindo, respectivamente: “gemer”, “gemer e lamentar”, “querer dizer”, “ele não pretendia [fazer determinada coisa]”, “má” “cidade não desprezível [título de um álbum da banda de rock Nazareth]”.

¹⁷ Há muito mais sobre todos os temas supracitados em Millikan (1984, caps. 3 e 4).

¹⁸ N. do T.: Referência ao fato de que no hemisfério norte o Natal é no período do inverno.

ou pelo homem, que opere para manter as cópias e as cópias de cópias até certo ponto uniformes. Caso contrário, obviamente, não há qualquer convenção.

Uma gramática universal é um mecanismo que efetua a reprodução uniforme de formas sintáticas e, por conseguinte, a manutenção de convenções sintáticas. Talvez a gramática universal tenha chegado a este ponto acidentalmente, como Chomsky sugeriu algumas vezes, ou talvez tenha chegado lá pela seleção natural, isso não importa. O aspecto que quero destacar aqui é que, sem algo como isto, não poderia haver convenções gramaticais. Similarmente, se há mecanismos inatos, como parece haver, que alcançam eficientemente o domínio das estruturas fonológicas de linguagens que a criança pequena escuta, eles funcionam como outro tipo de filtro que serve para canalizar estreitamente a reprodução linguística, e portanto para auxiliar na proliferação de convenções linguísticas. O domínio fonológico de uma linguagem gera um esquema generalizado de igualdade-diferença para a linguagem, ditando o que considerado como outra enunciação linguística corretamente executada do mesmo tipo, junto a uma dimensão relevante da reprodução linguística. Alvin Liberman sustentou que a estrutura fonológica é o *sine qua non* fundamental que permite a possibilidade prática da inovação da linguagem (Liberman, no prelo). Sem ela poderíamos, no máximo, estar presos a um vocabulário inato, que teria lenta e dolorosamente se acumulado durante o curso da evolução genética. Muita atenção foi dada ao tipo de produtividade tornada possível por uma gramática que permite incorporações, de modo que um número infinito de frases pode ser gerado com um vocabulário limitado. Mas esse tipo de produtividade teria mínima utilidade se tivesse liberdade apenas para operar com base em um vocabulário diminuto. A capacidade da faculdade linguística como guardião de estruturas fonológicas, permitindo, por conseguinte, o crescimento rápido do vocabulário não apenas na criança, mas também na linguagem pública, é produtividade com uma significância ao menos igualmente profunda.

Esta ideia [de que novas formas de discurso que um falante não ouviu são produzidas com base na analogia com aquelas que ele ouviu] não é errada, mas é vazia até que o conceito de analogia seja explicitado de forma a explicar por que certas “analogias” são de alguma forma válidas enquanto outras não o são, [...] Nós podemos dar substância à proposta explicando ‘analogia’ em termos de eu-linguagem, um sistema de regras e princípios que atribui representações de forma e significado a expressões linguísticas [...] mas [...] com esta revisão necessária na proposta, torna-se claro que ‘analogia’ é simplesmente, antes de tudo, um conceito impróprio (1985, p. 32).

“Analogia”, neste contexto, poderia significar apenas igualdade da forma abstrata ou relacional. A produção de novas formas de discurso com base em analogia com antigas poderia significar apenas algum tipo de reprodução, da forma em que utilizo este último termo. Mas o que as pessoas geralmente têm em mente quando falam de “analogia” neste contexto é uma espécie de reprodução bastante livre, que poderia capturar um aspecto do original ou então capturar um outro. Que o aprendizado e uso da linguagem impliquem analogia nesse sentido livre é algo que tanto Chomsky quanto eu queremos negar firmemente.

Por outro lado, a perspectiva presente sobre a convenção pública nos dá pouca razão para supor que a “eu-linguagem” devesse consistir em algo apropriadamente descrito como “um sistema de regras e princípios”, ao menos não se “sistema” implicar muita sistemacidade. Ver a faculdade linguística da criança pequena como um filtro através do qual as convenções linguísticas podem ser transmitidas é vê-la não como uma faculdade que visa a um estado estável à medida que a criança amadurece, é vê-la não, por exemplo, como um processo de aquisição de configurações

de parâmetros permanentes, mas como uma faculdade engajada na acumulação de um repertório cada vez maior de padrões convencionais que ela possa reconhecer e reproduzir quando necessário. Se alcançar um estado estável, isto só acontecerá se se esgotarem para ela as convenções locais que possa aprender. Seria provável que ela alcançasse um estado estável somente se houvesse algo assim como “A Língua Alemã”, “A Língua Francesa” e assim por diante, a serem aprendidas. Mas há uma grande massa de convenções a serem aprendidas. Essas convenções são complexas, e não particularmente sistemáticas, e às vezes entrecruzadas ou contraditórias, obstaculizando-se mutuamente. Logo, com palavras italianas usa-se a gramática italiana, com palavras inglesas, a gramática inglesa, só que, em alguns casos, as pessoas fazem uma considerável mistura, mesmo de maneiras convencionais. No inglês usa-se o infinitivo com “expect”, mas o gerúndio com “anticipate”. No caso da maioria dos verbos ingleses pode-se colocar um “...ed”, mas não no caso de “run” ou “swim” – as pessoas simplesmente não estão fazendo isso aqui hoje em dia. E as convenções se cruzam em “O missionário está pronto para comer?” e (quando é falado) “Gladly, the cross-eyed bear”¹⁹. Porque as convenções linguísticas podem ser mais ou menos compatíveis de várias maneiras, e porque frequentemente se baseiam umas nas outras, exatamente como genes em conjuntos genéticos, elas tendem a se juntar em conjuntos estáveis. Existem inúmeras espécies de plantas que se hibridam bem prontamente, mas, se deixadas por si mesmas em um ambiente relativamente uniforme, os genes voltam a formar conjuntos estáveis, e espécies separadas relativamente homogêneas emergem novamente. Da mesma forma, o alemão, o francês e outras línguas são formados a partir de linhas compatíveis de convenções, e, se diferentes povos são isolados uns dos outros por muito tempo, logo emergem claras demarcações entre as convenções linguísticas que eles seguem. Mas a ideia de que no centro de cada uma dessas línguas exista algum “sistema de regras e princípios” unívoco parece tão improvável quanto que os membros de uma espécie de animais devam ser genotipicamente idênticos ou que o conjunto genético como um todo não deva conter genes incompatíveis. Possivelmente não haja uma discordância real com Chomsky neste ponto. Talvez eu apenas esteja muito mais impressionada – estupefata? – com o enorme número de idiosincrasias e elementos idiomáticos existentes em qualquer linguagem/língua natural. Talvez a questão de se “uma linguagem” é melhor idealizada como uma estrutura monolítica, ou como uma textura relativamente frouxa de convenções cruzadas inter-relacionadas, seja apenas uma questão de qual é o interesse que você tem. Com certeza, de uma ou outra maneira, uma idealização faz parte. Chomsky e eu concordamos, no fim das contas, que não há uma coisa como “uma²⁰ linguagem/língua”.

De qualquer modo, o fenômeno da linguagem pública emerge, creio eu, não como um conjunto de objetos abstratos, mas como um tipo de coisa real no mundo real, nem abstrata nem arbitrariamente construída pelo teórico. Ele consiste de enunciações e roteiros reais, formando linhagens cruzadas. Que formas de linguagem se está usando, do ponto de vista da linguagem pública, depende não apenas das configurações dos módulos de linguagem utilizados, mas de quais convenções públicas se está seguindo. Além do mais, a linguagem pública possui uma forma definida, contanto que seja transmitida uniformemente por pessoas que ancoram eu-linguagens que são claras em termos de intensão, como exige Chomsky.

¹⁹ N. do T.: A primeira frase faz jus à ambiguidade sintética (se o missionário estaria pronto para fazer sua refeição ou virar uma), e a segunda a um exemplo clássico de ambiguidade fonética: o original, de “Keep Thou My Way” de Fanny Crosby, seria “Gladly, the cross I’d bear”, “Prazerosamente, a cruz eu carregaria”, que pode ser ouvido como a frase citada pela autora, que, por sua vez, se traduzida literalmente, seria algo como “Prazerosamente, o urso vesgo”.

²⁰ N. do T.: Artigo indefinido, não o numeral.

Se tomarmos a perspectiva do olho dos genes, diz-nos Dawkins (1989 [1976]), o organismo é apenas a forma de um gene de fazer outro gene, mas, é claro, se adotarmos o ponto de vista do organismo, o gene é apenas a forma de um organismo fazer outro organismo. Similarmente, se você está interessado em psicologia, a linguagem pública é meramente um estímulo para a transição do estado inicial da faculdade linguística E_0 a um estado mais estável E_e . Por outro lado, se você está interessado em formas de linguagem pública, a faculdade da linguagem é meramente a maneira como as formas de linguagem pública se reproduzem. Sustentarei que uma linguagem pública é interessante por si só, pois tem certas funções que lhe são inteiramente próprias, que não são meramente abstrações alcançadas fazendo-se uma média das intenções dos falantes. O estudo das funções da linguagem pública é uma disciplina separada, independente do estudo da psicologia individual.

Mostrar isso exigirá que se dê o segundo passo que mencionei no início deste artigo, a saber, introduzir uma teoria apropriada das funções linguísticas. As funções das convenções linguísticas são, em sua maioria, funções coordenadoras. Portanto, também preciso mostrar como a existência de convenções, tendo em vista a forma em que as descrevi, pode produzir coordenações. As coordenações produzidas pelas convenções linguísticas normalmente implicam comunicação. O segundo argumento principal deste artigo estará então completo: uma função primária da faculdade linguística humana é apoiar as convenções linguísticas, e estas têm uma função essencialmente comunicativa. Logo, uma função primária da faculdade linguística humana é apoiar a comunicação.

Usarei o termo “função” aqui como abreviação de “função apropriada direta” como o defini em Millikan (1984, cap. 1). Esta noção é relativa à noção de função que os biólogos utilizam quando diferenciam entre funções e meros efeitos de um órgão ou característica ou atividade. *Grosso modo*, a função ou as funções de um padrão convencional são aqueles efeitos dele que explicam sua reprodução contínua. Mais precisamente, o padrão se prolifera em parte devido a uma correlação entre ele e certos efeitos seus. É selecionado para a reprodução, de acordo com uma intenção consciente ou inconsciente, devido a coincidir com esses efeitos durante tempo suficiente. As correlações podem, é claro, ser muito altas ou muito baixas. Muitos elementos e características biológicas têm funções que realizam muito raramente, mas, ainda assim, com frequência suficiente para impedir os genes responsáveis por eles de se extinguirem. Similarmente, atividades e padrões de atividade convencionais podem ter funções que realizam somente de vez em quando, e ainda assim com frequência suficiente para evitar sua extinção.

Muitas convenções parecem não ter funções. Elas parecem se proliferar apenas porque as pessoas são criaturas que seguem hábitos, ou conformistas irreflexivos, ou porque veneram a tradição, e assim por diante. Similarmente, a maior parte dos padrões de atividade que são reproduzidos devido a seus efeitos não são convenções, mas sim habilidades transmitidas. As *maneiras* convencionais de realizar determinadas tarefas, como, por exemplo, as de segurar utensílios de refeição em várias culturas ou de se sentar em refeições, são proliferadas, em certo sentido, porque servem a certas funções. Mas são apenas certos detalhes destas atividades que são convencionais, a saber, detalhes não necessários para produzir as funções que apoiam as atividades. Outros tipos de detalhes poderiam perfeitamente cumprir a mesma função. Por outro lado, algumas convenções têm funções *enquanto* convenções. As funções mais evidentes e interessantes que as convenções podem ter são funções de coordenação. Chamarei as convenções com essas funções de “convenções coordenadoras”.

As convenções coordenadoras consistem em padrões de atividade (1) que envolvem mais de um participante (2) que se proliferam porque servem a uma

finalidade que os participantes têm em comum, (3) onde a contribuição para o padrão conjunto, que cada participante deve dar, para alcançar o objetivo comum, depende crucialmente da contribuição dada pelos outros e (4) onde uma variedade de padrões conjuntos igualmente viáveis também poderia atingir o mesmo objetivo. As convenções coordenadoras são, portanto, padrões que podem ser chamados de apropriados para resolver “problemas de coordenação”, embora o sentido desta última expressão não fosse exatamente aquele proposto por David Lewis (1969).

Alguns padrões de coordenação convencionais exigem que os parceiros façam o mesmo que os outros, enquanto outros exigem que eles façam coisas complementares. Exemplos de padrões que exigem o mesmo incluem dirigir na pista direita, apertar as mãos com a mão direita em um movimento para cima e para baixo, e ficar a uma distância social convencional quando se está conversando. Exemplos de padrões que exigem ações complementares incluem posições convencionais para parceiros de sexos opostos enquanto dançam, o padrão *quem liga primeiro liga de volta, quem recebe a ligação espera* quando uma ligação telefônica cai (Lewis, 1969), o padrão convencional *motorista que está à direita cruza, motorista na esquerda espera* quando chegam simultaneamente a um sinal de pare num cruzamento, e o padrão *cliente levanta a bandeira quando coloca correspondência, carteiro abaixa a bandeira quando retira a correspondência* quando uma carta é postada em uma caixa de correio na zona rural²¹. A concepção de que as convenções exigem regularidades foi às vezes em parte sustentada pela suposição de que todas as partes em um padrão coordenador fazem a mesma coisa. Por exemplo, Lewis descreve padrões tais como a convenção do telefone (acima) como se ambas as pessoas fizessem o mesmo, cada uma seguindo a mesma regra condicional *se você for quem ligou primeiro, ligue de volta, se não, espere*. Mas esta é uma descrição vazia. Qualquer padrão que envolva mais do que uma pessoa pode ser descrito como se todas essas pessoas fizessem o mesmo. Mesmo o carrasco e o executado fazem a mesma coisa: *se você é o carrasco, decapite, se você for o executado, entregue sua cabeça*.

Para convenções coordenadoras, é importante considerar se, para que realmente haja a produção de coordenações, essas convenções exigem regularidades no sentido de que todos ou a maioria em algum grupo devam aquiescer a elas. A resposta depende diretamente de quão observável é a contribuição de um parceiro ao padrão na hora em que o outro ou outros devem dar as suas. Considere, primeiro, a convenção do telefone. Aqui cada parceiro ou parceira precisa dar sua contribuição estando completamente cego ao que o outro está fazendo. Por esta razão, a coordenação não será alcançada a não ser que cada parceiro(a) produza sua parte no padrão e antes de saber se o(a) outro(a) produzirá a sua. Nesse tipo de caso, o uso da convenção será mais ou menos eficaz dependendo da frequência com que as pessoas que interagem umas com as outras se conformam a ela, sendo a conformidade universal a que produz os melhores resultados para todos. Alternativamente, cada parceiro deve possuir conhecimento anterior a respeito de qual das várias pessoas com as quais interage provavelmente seguirá a convenção de maneira regular, e, se ninguém fizer isso, a coordenação não poderá ser alcançada. Tal padrão convencional produzirá coordenações com frequência suficiente para incentivar sua própria reprodução somente se for seguido durante uma proporção específica de tempo.

A convenção de dirigir na pista direita é quase tão cega quanto a convenção do telefone, embora não tanto. Pode-se ver se um carro que se aproxima à frente está andando na pista direita se a estrada for reta, mas não, é claro, em curvas. Si-

²¹ N. do T.: A autora faz referência às caixas de correio residenciais que têm pequenas “bandeiras” que servem de sinalizadores para o carteiro.

milaramente, o carteiro não tem como saber se o cliente rural fez sua parte do padrão convencional de levantar a bandeira sem olhar dentro da caixa de correio para ver se há ali correspondência para envio. Mas o sentido da convenção, é claro, é evitar que ele tenha de olhar se a bandeira não está para cima, ao mesmo tempo em que assegura que toda correspondência a ser enviada seja coletada. Novamente, essas convenções servirão melhor suas funções quanto mais pessoas as sigam.

Contraponha esses casos de convenções “cegas” ao caso de assumir posturas convencionais para a dança social seguidas pela execução conjunta de vários passos de dança convencionais. Há uma série de posturas convencionais alternativas que um casal pode assumir, e muitas combinações alternativas de passos convencionais podem ser executadas em uma música específica. Mas aqui o padrão convencional iniciado por um(a) parceiro(a) é imediatamente conhecido do(da) outro(a): as convenções são não cegas, mas sim abertas. Não há, por conseguinte, necessidade de que diferentes dançarinos se conformem às mesmas posturas e sequência de passos convencionais. Tudo que é preciso é que um parceiro guie e o outro siga. O que não funcionará, é claro, é que ambos guiem. E há uma convenção de que é o homem que guia, mas, novamente, nem todos precisam segui-la. A dança social convencionalizada requer, portanto, convenções “abertas”, e não “cegas”.

Preparando para o caso das convenções linguísticas coordenadoras, seguem-se mais quatro casos de convenções abertas: (1) Eu fico atrás do seu carro e mexo minhas mãos desta e daquela forma e você completa os padrões cooperativos convencionais dando ré em seu carro em conformidade com meus gestos. (2) Enquanto ando de bicicleta, levanto meu braço esquerdo e você fica fora do meu caminho enquanto faço uma curva à esquerda. (3) Eu faço um lance de 4 de paus e meu parceiro faz um lance de seu naipe mais forte (a “convenção de Gerber”)²². (4) Quero que você me passe o pão e, por isso, digo “por favor, passe o pão”, e você passa o pão, ou quero que você me passe o pão e, por isso, digo “Brot, bitte”, e você passa o pão.

Com convenções coordenadoras “abertas”, não há necessidade de adesão regular a uma convenção entre outras para atingir determinado tipo de coordenação. Frequentemente, muitas convenções abertas alternativas coexistem de forma bastante compatível. Reconhecer que um líder iniciou um padrão convencional e completá-lo é como cantar junto após o primeiro verso de uma canção conhecida. Também não é necessário que os parceiros que seguem devam ser regulares em suas respostas a guias convencionais. Os padrões convencionais, como foi observado anteriormente, com frequência persistem mesmo sendo regularmente violados ou interrompidos em sua execução, estando os parceiros sem vontade, ou impossibilitados, ou com outros planos em mente, e assim por diante. Se a coordenação efetuada pela consumação de um padrão convencional, mesmo que ocasionalmente, tiver valor suficiente para os parceiros envolvidos, o padrão pode ser capaz de sobreviver mesmo que seja rompido mais vezes do que seguido. Talvez a melhor contribuição que Skinner deu à psicologia foi sua demonstração da eficácia de esquemas de reforços aleatórios mesmo quando o reforço é, na média, muito infrequente. As partes de guias de padrões convencionais também são frequentemente usadas para propósitos secundários que não estão de acordo com suas funções *enquanto* convenções, isto é, com as razões para a sobrevivência do padrão convencional. Um dançarino pode guiar em padrões de dança convencionais que sabe que sua parceira não conhece para constrangê-la ou para se exhibir. Ou a pessoa que está atrás de um carro pode fazer jocosamente um sinal de uma manobra que ambos sabem que vai dar contra uma parede de tijolos.

²² N. do T.: Jogada de *bridge*, jogo de cartas.

Agora quero tornar plausível que as funções das convenções linguísticas são primordialmente funções coordenadoras. É primordialmente para o serviço de coordenação entre falantes e ouvintes que os padrões de linguagem são selecionados para se proliferarem como convenções. Ou seja, não fosse pelo fato de que aplicar as convenções linguísticas às vezes serve ao propósito comum tanto do falante quanto do ouvinte, a linguagem como a conhecemos iria definhando e morrer. De fato, para enfatizar esse aspecto farei uma afirmação mais forte. Colocando completamente de lado a evolução da faculdade da linguagem em si, não fosse por seus papéis na efetivação de coordenações linguísticas, há todas as razões para se supor que as faculdades linguísticas individuais de seres humanos individuais fossem atrofiar-se, assim como crianças desafortunadas que não são expostas a formas de linguagem humana de maneira alguma. Imagine, por exemplo, uma criança que escuta combinações perfeitamente normais de sentenças em inglês, mas que nunca consegue alcançar coordenações pelo uso de convenções envolvendo essas sentenças. Por exemplo, a criança jamais aprende qualquer coisa ouvindo estas sentenças que seja capaz de confirmar por si mesma como de fato verdadeira, e a criança nunca é recompensada de forma alguma por seguir as instruções que lhe são dadas. Tal criança, sugiro eu, não desenvolveria linguagem alguma. Isto, é claro, seria uma hipótese empírica, mas apresentarei razões para a levarmos a sério.

Por outro lado, é possível que existam algumas convenções de linguagem que não têm função nenhuma. Dizer “uhh...” em intervalos pode ser tal tipo de convenção. A convenção correspondente no alemão é dizer “also...”, e me foi dito que em húngaro se diz “öö...”. Possivelmente o uso de expletivas não tenha nenhuma função coordenadora. A função das expletivas, supondo que tenham funções, pode ser simplesmente a de aliviar-se de sua própria emoção ou a de objetivá-la a si mesmo. Daí, as pessoas usam expletivas tão frequentemente, talvez até mais, quando estão sozinhas quanto quando estão com outras pessoas. Vale a pena observar, contudo, que a parte do cérebro que está envolvida na produção de expletivas é diferente daquelas envolvidas em outras formas de discurso.

O melhor argumento de que poucas – se é que há alguma – convenções linguísticas não têm funções coordenadoras é expor algumas que obviamente têm essa função. Então ficará claro, penso eu, quão ubíquas tais funções coordenadoras devem ser.

Podemos começar com funções dos modos verbais. No português, pelo menos, as formas sintáticas identificadas com o modo indicativo se proliferam a serviço de várias convenções coordenadoras diferentes que têm funções diferentes: transmitir informações ou lembrar alguém de algo (“Os atenienses tinham escravos também”), dar ordens (“Você se apresentará ao oficial de comando às 6 h da manhã em ponto”), transmitir normas (“Johnny, a gente não come ervilhas com os dedos”) e fazer declarações (“A reunião foi adiada”) são quatro das mais comuns, embora sem dúvida haja mais. O modo indicativo no português é como um homônimo neste sentido. Melhor ainda, é como uma palavra que tem vários significados distintos, mas relacionados, e as instâncias de cada uso normalmente são modeladas com base em instâncias anteriores daquele mesmo uso, enquanto todos esses usos, com exceção de um, ainda podem ser ouvidos como uma metáfora que morreu. O uso para a transmissão de informações é ouvido como o uso originador ou mais “literal” do indicativo; por isso, vamos examinar este padrão por primeiro.

O padrão começa com um falante *F* acreditando em alguma proposição *p* e, em consonância com isso, falando uma frase no modo indicativo que expressa *p*, dada a parte veritativo-condicional da semântica da linguagem. Ele é concluído quando um ouvinte *O*, seguindo a semântica veritativo-condicional para a linguagem, traduz a frase para o pensamento de que *p*, e, em consonância com isso, crê

que *p*. O padrão produz uma coordenação entre falante e ouvinte sob as seguintes suposições: (1) o falante está interessado em transmitir informações sobre o tema de que *p* ao ouvinte, (2) o ouvinte está interessado em obter informações sobre aquele assunto e (3) a proposição *p* é verdadeira. O fim que F e O têm em comum é o de que O deveria ser informado sobre *p*. Para o padrão inteiro alcançar esse fim como sua função *própria* ou *apropriada*²³ (1) ele deve ser um padrão reproduzido ou (este é o caso normal) deve ser composto de padrões reproduzidos (as palavras, a[s] forma[s] sintática[s]), (2) ele e/ou seus elementos reproduzidos devem, cada um, continuar a ser reproduzidos unicamente porque às vezes dão certa contribuição clara a serviço de coordenações, (3) e a soma destas contribuições, se dadas neste caso também, fariam com que O ficasse informado sobre *p*. Para que a forma do modo indicativo em si tenha a transmissão de informações do falante para o ouvinte como uma função, é preciso que a contribuição que ela dá para o todo seja utilizar as funções de outras partes reproduzidas de frases que a exemplifiquem para essa finalidade.

“Reprodução” neste caso, e no caso geral para as funções coordenadoras da linguagem, é principalmente por reprodução de porca e rosca (vide acima). As partes do padrão do falante são reproduzidas devido aos efeitos que alguma vez têm na presença de ouvintes que as completam, e as partes do ouvinte são reproduzidas devido aos efeitos que alguma vez têm na presença de falantes que lhes deram início. Mas o padrão como um todo, envolvendo o falante e o ouvinte, é arbitrário em relação à sua função, ou seja, é convencional. O ouvinte (O) responde à frase indicativa traduzindo-a para uma crença de acordo com certas regras semânticas porque, segunda a experiência de O, responder seletivamente a frases indicativas dessa forma resultou, com frequência suficiente, na apropriação de informações úteis. F traduz a crença de F para uma frase no modo indicativo de acordo com essas mesmas regras semânticas porque, segundo a experiência de F, os ouvintes respondem com frequência suficiente a tais frases formando crenças em consonância com elas. Leia-se os “porquês” aqui não como indicando razões conscientes, e sim como indicando causas. Isto é, virando a moeda, se O não tivesse vivido onde ouvintes expressaram com frequência suficiente crenças verdadeiras usando o padrão indicativo com essas regras semânticas veritativo-condicional, O não traduziria frases indicativas para crenças desta forma, e se F não tivesse vivido onde ouvintes traduzissem com frequência suficiente frases indicativas para crenças desta forma, F nãoalaria desta forma quando estivesse interessado em transmitir informações. Logo, os falantes e os ouvintes aprendem coletivamente uns dos outros como falar e como responder à fala de formas que sirvam a propósitos para ambos, sendo que cada um se apoia nas disposições estabelecidas do outro. Os paralelos com a evolução e fixação de relações simbióticas entre espécies de animais e com a evolução de sistemas de sinais de animais deveria ser óbvia.

Deveria ficar claro a partir da descrição acima que coordenações bem-sucedidas alcançadas desta forma pelo uso do modo indicativo do português ajudam não somente a fazer proliferar o modo indicativo, mas também a fazer proliferar o uso e a confiança em convenções semânticas que se aplicam a outros elementos de sentenças no modo indicativo. O fato de que entender a semântica veritativo-condicional desta forma me possibilita frequentemente obter informações úteis reforça meu uso dessas convenções para interpretar a semântica, e o fato de que meus ouvintes parecem acreditar com frequência suficiente o que eu tenciono que eles acreditem reforça meu uso de convenções semânticas quando falo. Se eu jamais tivesse alguma dessas duas experiências quando usasse ou interpretasse sentenças

²³ N.do T.: Do original “*own or proper function*”, no sentido de ser uma função que lhe é própria ou uma função apropriada. .

no modo indicativo, e se, além disso, esse uso do modo indicativo fosse a única convenção em minha comunidade linguística que envolvesse atitudes intencionais, logo, a única que aplicasse a parte veritativo-condicional de sua semântica, eu não poderia de forma alguma aprender a entender esta função do modo indicativo ou quaisquer das convenções semânticas veritativo-condicionais de minha língua. É claro que o uso de formas indicativas para transmitir informações não é a única convenção que utiliza a parte veritativo-condicional da semântica de qualquer linguagem natural. Mas o princípio subjacente aqui é crucial. É só por meio de vários usos comunicacionais da linguagem e por meio das convenções que os tornam possíveis que a semântica veritativo-condicional de uma linguagem – que também é convencional, claro – é passível de ser aprendida. Reforçarei este aspecto em breve expondo outros tipos de convenções que se baseiam nas convenções semânticas veritativo-condicionais das linguagens e *vice-versa*.

Uma surpresa em relação a essa análise da natureza convencional da função de transferência de informações do indicativo é que crer no que você ouviu dito no indicativo acaba por ser um ato convencional, algo que se faz de acordo com uma convenção. Compare: ficar parado, enquanto se conversa, à distância que é a distância social convencional em sua cultura, é algo que se faz de acordo com uma convenção. E se aprende a ficar parado à distância social correta basicamente da mesma forma, a saber, aprendendo inconscientemente a ajustar-se a outras pessoas que já se encontram a esta distância. A diferença é apenas que, no caso da distância social, a convenção exige que os parceiros façam a mesma coisa, e não coisas diferentes. Por outro lado, é claro que o fato de que O acreditar em p seja um resultado convencional do fato de F dizer a O que p de forma alguma determina que O irá ou deveria crer em p . O fato de que um resultado determinado seja o resultado convencional de forma alguma implica ou determina que ele será o resultado efetivo. Como se enfatizou anteriormente, casos de padrões convencionais frequentemente ocorrem de modo independente. O falante que mente também ilustra este aspecto. Ele usa estruturas convencionais em uma tentativa de induzir a consumação parcial de um padrão convencional, mas tanto o início quanto o fim do padrão estão faltando. Ele não traduz de uma crença genuína para palavras como exige a convenção, nem o ouvinte fica com uma crença verdadeira como é exigido.

Análises similares podem ser aplicadas às funções de numerosas outras formas de linguagem, cada uma das quais continua a ser reproduzida dada sua ocorrência, com suficiente frequência, em um padrão que termina em uma certa resposta convencional do ouvinte. A função básica do modo imperativo, por exemplo, é produzir uma ação correspondente por parte do ouvinte, sendo que o falante está interessado em que aquela ação seja realizada, e o ouvinte está interessado em completar o padrão convencional, talvez por ter um outro interesse em comum com o falante (os ouvintes frequentemente querem orientações dos falantes) ou porque a conformação é recompensada de uma forma ou outra. O cumprimento desta função imperativa é alcançado na medida em que o ouvinte forma uma intenção de realizar a ação designada, uma intenção que é formada seguindo as convenções semânticas veritativo-condicionais da linguagem, de modo que o reforço do cumprimento por parte do ouvinte também tende a reforçar sua observância dessas convenções semânticas. A função imperativa também faz proliferar reproduções de formas no modo indicativo, especialmente nas forças armadas. Aqui o modo indicativo funciona, como eu disse anteriormente, mais como uma metáfora morta. A função do interrogativo é obter informação de um tipo determinado a ser comunicada ao falante, e seu uso convencional, quando bem-sucedido, também reforça quaisquer convenções semânticas veritativo-condicionais usadas junto com ele. E assim por diante. Por outro lado, em outro lugar discuti as funções de uma série de outros

dispositivos linguísticos (Millikan, 1984), afirmando que as funções das frases nas quais tais formas ocorrem não implicam diretamente atitudes intencionais da parte do falante ou do ouvinte. Essas frases têm como suas funções fazer outras coisas, por assim dizer, às cabeças dos ouvintes. Similarmente, Strawson (1972) afirmou que o que uma frase de identidade *faz* é juntar dois arquivos de informações na cabeça do ouvinte (cf. Millikan, 1984, 1993, 1997), e Wilfrid Sellars (p. ex., 1963, ensaios 4, 5, 6, 8, 10) afirmou que o que a regra “X” *significa* Y *faz* é levar o ouvinte a usar “X” da mesma forma em que ele já sabe usar “Y”.

É crucial que as funções das formas linguísticas não sejam as mesmas que os usos nos quais elas geralmente são empregadas. O uso eficaz de um conjunto de convenções linguísticas requer a aquisição de uma massa de habilidades e bastante criatividade bem além da mera compreensão dessas convenções. Não podemos de modo algum nos fiar de que os ouvintes irão completar os padrões convencionais que os falantes iniciam. Eles só farão isso sob condições especiais. Por exemplo, precisam confiar no falante, entender o assunto em questão e ter interesses compatíveis com a coordenação projetada pela convenção específica utilizada. Além do mais, o fato de que uma forma linguística convencional tem certa função não impede um falante de usá-la para servir a finalidades inteiramente diferentes. Em geral, não há necessidade de que um dispositivo que tenha determinada função seja usado para servir a essa função. Um martelo pode ser usado como uma arma, cabelos humanos podem ser usados como fios de retículo em um instrumento, e o reflexo de piscar o olho pode ser usado pelo psicólogo para demonstrar o condicionamento clássico. Similarmente, as formas de linguagem frequentemente são colocadas a serviço de funções que não suas próprias. Às vezes esses fins extrínsecos são fins que também interessam ao ouvinte e às vezes não. Usos não cooperativos de formas convencionais incluem mentir para o ouvinte, constranger o ouvinte, insultar o ouvinte, colocar propositalmente o ouvinte em uma posição embaraçosa, e assim por diante. Usos cooperativos incluem usos simulados (atuações, piadas) e toda a miscelânea de implicaturas griceanas (Grice, 1968).

As implicaturas griceanas são de interesse particular porque envolvem usos de formas convencionais para produzir coordenações não convencionais. Diferentemente de casos nos quais, digamos, o falante mente ou o ouvinte se recusa a conformar-se, de modo que um frustra o propósito do outro, uma implicatura griceana bem-sucedida alcança exatamente o mesmo tipo de coordenação que faz proliferar padrões linguísticos convencionais. Por este motivo, as implicaturas griceanas são facilmente convencionalizadas. Os falantes logo passam a reproduzir as formas linguísticas relevantes diretamente a partir do modelo de casos anteriores de implicaturas bem-sucedidas, e os ouvintes também reproduzem a resposta intencionada dessa forma. Exemplos banais são “Parabéns!”, “Onde é o incêndio?”, e “você pode...?”, “você poderia...?” (em contraposição a “você tem condições de?”), usados para fazer pedidos. O efeito é exatamente o mesmo como quando as metáforas entram em “a linguagem” (sic!) e se tornam literais. O uso convencionalizado pode continuar a ser associado com o uso original mais ou menos fortemente, sendo que a força da associação também é diferente de pessoa para pessoa. Foi apenas recentemente, por exemplo, que passei a associar a expressão idiomática “going haywire”²⁴ com fios de feno emaranhados, e possivelmente a maioria das pessoas, com a exceção dos agricultores, nunca fazem essa associação.

Tanto para as metáforas moribundas quanto para as implicaturas griceanas convencionalizadas, a entrada em “a linguagem” é, portanto, uma questão de grau.

²⁴ N. do T.: Gíria inglesa comum referente a “ficar louco”, funcionar erroneamente, de forma caótica, podendo ser usada com pessoas ou objetos. Literalmente, “virando fios de feno” (explicação contextual no próprio texto).

O quanto um uso convencional está difundido é sempre uma questão de grau. Convenções linguísticas podem desenvolver-se entre apenas duas pessoas, como ocorre frequentemente com gêmeos idênticos, ou desenvolver-se e proliferar-se amplamente em apenas uma geração, como no caso de certas línguas crioulas. Não se segue disso que a distinção entre as funções convencionais da linguagem e os usos individuais da linguagem seja, nem mesmo um mínimo, arbitrária ou trivial. Se uma pessoa está morta ou não pode também, ocasionalmente, ser uma questão de grau. Todas as funções convencionais da linguagem pública são tanto seus significados quanto suas condições de satisfação. A distinção entre os significados de formas linguísticas e os significados dos falantes que as usam é inteiramente real e importante.

Davidson (1986) afirma que não há fronteiras cercando informações às quais um ouvinte pode precisar estabelecer para interpretar um falante e, por conseguinte, que não há uso para a noção de que uma linguagem serviria como “uma máquina de interpretação portátil configurada para extrair o significado de uma enunciação arbitrária”. Ele conclui disto que não apenas devemos “abandonar [...] a noção comum de linguagem, mas que apagamos a fronteira entre saber uma língua e saber se orientar no mundo de modo geral”. Chomsky tem razão (1992a, 1992b) ao sustentar que Davidson não produziu aqui nenhuma razão para abandonar a distinção entre os sistemas internos que conhecem linguagem e os sistemas que usam esse conhecimento. Por outro lado, os sistemas que conhecem a linguagem devem apreender ou “representar” (como Chomsky o formula um tanto enigmáticamente) mais do que apenas a forma fonética (FF) e a forma lógica (FL)²⁵ se esta última é entendida estritamente. Eles também têm de apreender a função convencional. Se alguém faz a distinção semântica/pragmática com o propósito de separar entre significado e uso, entre competência linguística ou “competência gramatical” e “competência pragmática [...] relacionando intenções e propósitos aos meios linguísticos disponíveis” (Chomsky, 1980, p. 224), então as funções de todas as convenções linguísticas ficam do lado semântico da dicotomia.

Em outro aspecto Chomsky concorda com Davidson: devemos “desistir da ideia de uma estrutura compartilhada claramente definida que os usuários da língua/ linguagem adquirem e depois aplicam a casos”. Se substituirmos “estrutura” por “estruturas”, no entanto, Davidson certamente estaria enganado. Os usuários de linguagem adquirem várias estruturas compartilhadas, conhecimento de convenções públicas, conhecimento das funções de várias linhagens de expressão idiomática e forma existentes no mundo real, sem as quais eles não poderiam usar a linguagem para comunicar-se, nem para qualquer um de sua miríade de usos alternativos que andam na carona de convenções semânticas veritativo-condicionais públicas e convenções de “função” em um sentido mais clássico. Há uma maneira muito simples de compreender esse aspecto. Para me comunicar com a linguagem, tenho de ter condições de predizer como outras pessoas irão reagir à minha linguagem. Mas não seria possível fazer tais previsões se não fosse pela possibilidade das convenções de uso e resposta. Essas são meramente repetições de uso e resposta anterior, incluindo tanto as convenções semânticas veritativo-funcionais quanto as convenções de “função” em um sentido mais clássico. A faculdade humana da linguagem desempenha um papel vital para tornar tal possível que se façam tais convenções proliferar prontamente.

Retornando às concepções do próprio Chomsky, não tenho certeza se realmente sou uma de “suas críticas”. Encaminhei as coisas de um modo um tanto

²⁵ N. do T.: Do original: *phonetic form* (PF) and *logical form* (LF).

diferente e introduzi um vocabulário um tanto diferente para dizer o que queria. O que quero dizer com “linguagem pública” não é o mesmo que o alvo de Chomsky quando ele critica a “linguagem pública”, e dei uma conotação diferente a “função” ou “propósito” da linguagem. Usei ferramentas que ele mesmo forjou no centro de meu argumento, afirmações concernentes às capacidades singulares da faculdade humana da linguagem. Há muito poucos aspectos aqui em relação aos quais me sinto confiante da concordância ou discordância dele. Estou, portanto, desejosa de saber qual será sua reação e grata aos editores deste volume por tornar possível que eu falasse com ele tão extensamente de maneira tão direta²⁶.

Referências

- BACH, K.; HARNISH, R.M. 1979. *Linguistic Communication and Speech Acts*. Cambridge, The MIT Press, 327 p.
- CHOMSKY, N. 1980. *Rules and Representations*. New York, Columbia University Press, 299 p.
- CHOMSKY, N. 1985. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. New York, Praeger.
- CHOMSKY, N. 1992a. Language and Interpretation. In: J. EARMAN (ed.), *Inference, Explanation and Other Frustrations*. Berkeley, University of California Press, p. 99-128.
- CHOMSKY, N. 1992b. Explaining Language Use. *Philosophical Topics*, 20:205-231. <http://dx.doi.org/10.5840/philtopics19922017>
- CHOMSKY, N. 1993. Mental Constructions and Social Reality. In: E. REULAND; W. ABRAHAM (eds.), *Knowledge and Language: Vol. 1: From Orwell's Problem to Plato's Problem*. Boston, Kluwer Academic Publishers, p. 29-58. http://dx.doi.org/10.1007/978-94-011-1840-8_3
- DAVIDSON, D. 1986. A Nice Derangement of Epitaphs. In: E. LEPORE (ed.), *Truth and Interpretation*. Oxford, Blackwell.
- DAWKINS, R. 1989 [1976]. *The Selfish Gene*. Oxford, Oxford University Press, 352 p.
- GILBERT, M. 1983. Agreements, Conventions, and Language. *Synthese*, 54:375-407. <http://dx.doi.org/10.1007/BF00877686>
- GILBERT, M. 1992 [1989]. *On Social Facts*. Princeton, Princeton University Press, 521 p.
- GRICE, H.P. 1968. Logic and Conversation. In: H.P. GRICE, *Studies in the Way of Words*. Cambridge, Harvard University Press.
- KAPLAN, D. 1990. Words. *Aristotelian Society Proceedings*. Supplementary Volume, p. 103-119.
- LEWIS, D. 1969. *Convention: A Philosophical Study*. Cambridge, Harvard University Press, 213 p.
- LEWIS, D. 1975. Languages and Language. In: K. GUNDERSON (ed.), *Language, Mind and Knowledge*. Minneapolis, University of Minnesota Press. Reimpr. In: H. GEIRSSON; M. LOSONSKY (eds.). 1996. *Readings in Language and Mind*. Oxford, Blackwell, p. 134-155.
- LIBERMAN, A.M. [No prelo]. The Reading Researcher and the Reading Teacher Need the Right Theory of Speech. *Scientific Studies of Reading*.
- MILLIKAN, R.G. 1984. *Language, Thought, and Other Biological Categories*. Cambridge, The MIT Press, 355 p.
- MILLIKAN, R.G. 1993. *White Queen Psychology and Other Essays for Alice*. Cambridge, London, The MIT Press.
- MILLIKAN, R.G. 1994. On Unclear and Indistinct Ideas. In: J. TOMBERLIN (ed.), *Philosophical Perspectives*. Atascadero, Ridgeview Publishing, vol. VIII, p. 75-100. <http://dx.doi.org/10.2307/2214164>
- MILLIKAN, R.G. 1996. Pushmi-pullyu Representations. In: TOMBERLIN, James (ed.). *Philosophical Perspectives*. Atascadero, Ridgeview Publishing, vol. IX, p. 185-

²⁶ Sou enormemente grata a Louise Antony por ter tão pacientemente, inteiramente e insistentemente mal-entendido uma versão anterior deste ensaio, forçando-me a efetivamente dizer, ainda que com muita relutância, o que eu queria dizer em muitas passagens. De fato, em alguns lugares ela até me forçou a saber o que eu queria dizer. Sem dúvida, ela é a leitora mais brilhantemente densa que já tive e espero e penso que este ensaio foi imensuravelmente melhorado por sua interferência.

200. Reimpr. In: L. MAY; M. FRIEDMAN (eds.), *Mind and Morals*. The MIT Press p. 145-161.
- MILLIKAN, R.G. 1997. Images of Identity: In Search of Modes of Presentation. *Mind*, **106**(423):499-519. <http://dx.doi.org/10.1093/mind/106.423.499>
- MILLIKAN, R.G. 1998a. Language Conventions Made Simple. *The Journal of Philosophy*, **XCV**(4):161-180. <http://dx.doi.org/10.2307/2564683>
- MILLIKAN, R.G. 1998b. Proper Function and Convention in Speech Acts. In: L.E. HAHN (ed.), *The Philosophy of Peter F. Strawson*. LaSalle, Open Court, p. 25-43. (The Library of Living Philosophers).
- MILLIKAN, R.G. 1998c. The Language-Thought Partnership: A Bird's Eye View. In: H.J. GLOCK (ed.), *Language and Communication* (Número especial sobre Linguagem e Intencionalidade).
- MILLIKAN, R.G. 1998d. A Common Structure for Concepts of Individuals, Stuffs, and Basic Kinds: More Mama, More Milk and More Mouse. *Behavioral and Brain Sciences*, **22**(1):55-65. Reimpr. In: E. MARGOLIS; S. LAURENCE (eds.). 1999. *Concepts: Core Readings*. Cambridge, The MIT Press.
- PINKER, S. 1994. *The Language Instinct*. New York, William Morrow, 494 p.
- RECANATI, F. 1987. *Meaning and Force: The Pragmatics of Performative Utterances*. Cambridge, Cambridge University Press, 278 p.
- SCHIFFER, S. 1972. *Meaning*. Oxford, Clarendon, 170 p.
- SEARLE, J. 1969. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge, Cambridge University Press, 203 p. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9781139173438>
- SELLARS, W. 1963. *Science, Perception and Reality*. New York, The Humanities Press, 366 p.
- STRAWSON, P.F. 1974. *Subject and Predicate in Logic and Grammar*. London, Methuen, 144 p.

Submitted on January 23, 2016

Accepted on March 13, 2016